



Márcio Cypriano

Paulo Godoy

Armando Monteiro Neto

Rogelio Goldfarb

José Fernandes Pauletti

O mercado pergunta Ministro diz que já há efeito de regras de regressividade tributária na poupança de longo prazo

Para Palocci, ambiente produtivo melhorou

De Brasília

As questões encaminhadas ao ministro da Fazenda pelos empresários também abordaram temas como a perda de competitividade na atração de investimentos estrangeiros. Veja as perguntas feitas a Antonio Palocci:

Armando Monteiro Neto: O Brasil é campeão de juros, não só pela taxa básica elevada, mas também por conta de spreads bancários. A agenda de redução dos spreads já foi mapeada — cunha fiscal, concorrência bancária, garantias e custo de recuperação de créditos. Por que os resultados têm sido pouco expressivos? Por que há tanta grande resistência na redução da cunha fiscal sobre os juros?

Palocci: As altas taxas de juros no Brasil são decorrentes do regime fiscal adotado nas últimas décadas, da memória inflacionária e

de rupturas com os poupadões. O mais grave, contudo, ainda é o tamanho do spread cobrado na intermediação financeira. Contudo, não posso concordar com as suas afirmações finais. Em primeiro lugar, os resultados das nossas primeiras iniciativas já são robustos: nos últimos 12 meses, o volume de crédito concedido com consignação em folha de pagamento cresceu 98,7%, e para a construção civil, 30,8%. No primeiro caso, do crédito consignado, a taxa de juros para o consumidor final chega a ser a metade da cobrada em outras operações de crédito. Ao todo, o volume de crédito para pessoa física aumentou mais de 30%, e o total de crédito na economia se elevou de 23,9% em 2002 para 26,2% em 2004. É verdade, contudo, que outras reformas, como a do sistema de falências, a reforma processual e a reforma do Judiciário, que tendem a gerar impactos muito posi-

tivos no aumento da eficiência na concessão e recuperação de créditos e na redução dos custos de transação, dependem de maior tempo de maturação para geração de plenos efeitos sobre o sistema financeiro nacional. Em segundo lugar, temos adotado medidas de redução da cunha fiscal, como nos novos produtos da previdência privada e no corte de impostos no mercado de capitais. Através de diversas medidas pontuais, asseguramos maior regressividade da estrutura tributária sobre a poupança de longo prazo, que já vem produzindo efeitos benéficos.

Rogelio Goldfarb: Estamos começando a viver um novo tipo de ameaça externa, que é a competição internacional acirrada por investimentos diretos. Nesse cenário, o Brasil já perde espaço para novos emergentes, pela maior atratividade e perspectivas de retorno oferecidas por esses países. Como enfrentar essa ameaça?

Palocci: Pesquisas realizadas por organismos multilaterais junto a investidores estrangeiros são capazes de revelar os valores mais procurados ao se sediar investimentos em outros países. São alguns deles: crescimento e estabilidade; liberdade de operação interna e externa; infra-estrutura econômica eficiente; alta qualidade do capital humano; sociedade pacífica, justa e segura; políticas governamentais para cobrir falhas de mercado. O Brasil é uma nação sem risco político, pacífica e que concede alto valor à democracia. No campo econômico, temos fundamentos sólidos, uma opção clara de política macroeconômica assentada em sistema de metas de inflação, metas de superávit primário com metas de contenção das despesas correntes e da carga tributária e regime cambial flexível; temos liberdade comercial e financeira. No Brasil, após o auge do processo de

privatizações que alcançou um volume extraordinário de investimentos estrangeiros, o afluxo de capitais externos praticamente cessou. Os investimentos estrangeiros passaram de US\$ 10 bilhões em 2003 para US\$ 18 bilhões em 2004, mostrando uma tendência de recuperar. Neste governo temos avançado no estabelecimento dos marcos regulatórios, especialmente nas áreas de telecomunicações e energia elétrica. Aprovamos a Lei das Parcerias PÚblico-Privadas para viabilizar a complementaridade dos investimentos públicos e privados na infra-estrutura. Temos assegurado o aumento da poupança do governo a fim de disponibilizar recursos para investimentos públicos e, adicionalmente, temos introduzido instrumentos de ajuste fiscal que objetivam melhorar o perfil do gasto público, contendo despesas correntes para alocar mais recursos nos investimentos. Para-

lelamente, temos adotado medidas de desoneração tributária dos investimentos e temos aprimorado o mercado de crédito no Brasil. Nossa agenda de reformas institucionais é consoante com um ambiente produtivo mais eficiente.

José Fernandes Pauletti: No caso da telefonia fixa, os impostos representam cerca de 40% da conta telefônica. Como é possível desonrar o usuário, já que esses impostos equivalem a 10% da arrecadação dos Estados?

Palocci: A segunda etapa da reforma tributária, que visa simplificar o ICMS, trará mudanças importantes. O imposto tem grande complexidade, com 27 legislações e uma verdadeira biblioteca de normas e dispositivos diferentes para cada Estado. Com a reforma do ICMS ele passará a ter uma única lei. Esta simplificação possibilitará a redução do peso do imposto sobre os setores mais onerados.